

Instituições de Longa Permanência para Idosos como espaço socioeducacional: desafios e perspectivas

Long-stay Institution for the Elderly as an socioeducational space: challenges and prospects

Fabiana de Jesus Paulo Markarian
Nadia Dumara Ruiz Silveira
Elisabeth Frohlich Mercadante
Flamínia Manzano Moreira Lodovici

RESUMO: Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI) não é uma questão nova no Brasil. Essa modalidade institucional, entretanto, necessitou ser expandida devido ao aumento significativo da população idosa, e ser reconfigurada em suas funções dadas as mudanças na família brasileira, o que se torna de grande valia tentar compreender seu funcionamento atual. O objetivo deste estudo qualitativo, de caráter descritivo, é analisar o sentido socioeducacional de uma ILPI — uma formulação problematizada e dinâmica da articulação entre traços relevantes do perfil de seus residentes e do perfil de profissionais que nela atuam. O desenvolvimento da pesquisa se deu por meio de revisão bibliográfica e análise documental na área das Ciências Humanas e da Saúde, incluindo publicações em mídia digital. Os resultados das análises destacam a questão do entendimento sobre o cuidado, em particular aquele que passou a ser exigido de uma ILPI: o cuidado continuado para o acolhimento e atendimento de um idoso dependente ou aquele egresso de hospitalização. Isso demanda a capacitação de seus profissionais para um adequado desempenho na função diante do perfil desses idosos, muitos sem apoio familiar ou de uma rede social.

Palavras-chave: Instituição de Longa Permanência; Idosos; Atuação Profissional.

ABSTRACT: Long-stay institution for the elderly (LTCF) is not a new issue in Brazil. This institutional mode, however, needed to be expanded due to the significant increase in the elderly population, and reconfigured in its functions, given the changes in the Brazilian family, which becomes very useful to try to understand its current operation. The aim of this qualitative study of descriptive character, is to analyze the social and educational sense a LTCF - one problematised formulation and dynamic articulation of relevant features of the professional profile that her work and profile of its residents. The development of the research was through literature review and document analysis in the area of Human and Health Sciences, including publications in digital media. The results of the analysis highlight the issue of understanding of care, in particular one that has come to be required of a LTCF: the Continuing Care for the reception and care of a newborn egress hospitalization elderly. This requires the training of its professionals for proper performance before the profile of the elderly, many without family support or a social network. The data reveal indicators of emotional availability, physical and mental those workers, working conditions, physical space and infrastructure of LTCF with a view to ensure equitable care and quality of care for older people.

Keywords: Long Term Care Institutions; Elderly; Professional performance.

Contextualização e reflexões introdutórias

O presente estudo sobre Instituições de Longa Permanência de Idosos (ILPIs), de natureza descritiva, foi realizado por meio de revisão bibliográfica e análise documental. As análises de produções acadêmicas e documentos se pautam na abordagem qualitativa, considerada por sua propriedade e pertinência tendo em vista o objetivo de a pesquisa analisar o sentido socioeducacional de uma ILPI — uma formulação problematizada, dinâmica, resultante da articulação dos traços relevantes do perfil de profissionais que nela atuam ajustados aos do perfil de seus residentes.

Experiências de uma das pesquisadoras deste estudo, em trabalho por oito anos na área da saúde como assistente social de um hospital especializado em oncologia e, atualmente, atuando em Pronto Socorro pertencente a um Hospital Geral do Sistema Único de Saúde (SUS), da cidade de São Paulo, e as decorrentes trocas de ideias com os demais autores, incitaram a escrita deste texto e justificam sua pertinência.

Para além das circunstâncias particulares com que a pesquisa foi desenvolvida, a relevância deste texto advém precisamente por se ter constatado um grande problema, e decorrente preocupação, com os idosos internados no citado Hospital: eles se apresentavam sem vínculos familiares. Chamou-nos a atenção que alguns se encontravam, antes da internação, abrigados em Centros de Acolhimento, antigos albergues, ou em Instituições de Longa Permanência para Idosos, antes chamados asilos. É preciso observar que o referido atendimento hospitalar recebe também idosos não institucionalizados e que vivem nas ruas da capital paulistana.

Além disso, importa considerar que é mesmo frequente o fato de que idosos, ao receberem alta médica, ainda necessitem de cuidados específicos, o que resulta em dificuldades e preocupações ao Hospital, ao buscar a reinserção deste idoso no próprio local onde estava abrigado, diante da delicada situação com que se defronta: a de que os Centros de Acolhimento não oferecem estrutura suficiente para essa reinserção, nem profissionais capacitados para exercer a função de cuidadores. Complicador é mais ainda constatar que esses Centros, de modo geral, não aceitam pacientes que inspirem cuidados, principalmente no caso de dependência ou fragilidade extrema.

Dessa intrincada situação, decorre um impasse: os idosos não podem permanecer no Hospital por muito tempo, correndo o risco de adquirir uma infecção hospitalar; o SUS, por sua vez, não dispõe de leitos suficientes para comportar todos os que carecem de atendimento. Nestes casos, cabe ao profissional do Serviço Social encaminhar relatório ao CREAS, Centro de Referência Especializado de Assistência Social, para verificar a possibilidade de vaga em ILPI pública de São Paulo, para que este idoso possa receber os cuidados necessários pós-internação hospitalar.

Vale destacar que alguns pacientes inseridos em ILPIs, e que passam pelo Hospital, também apresentam entraves de alta. O Serviço Social tem registros de denúncias sobre as dificuldades das ILPIs em manter idosos que necessitam de cuidados, por não apresentarem absolutamente condições de acolhimento, fato agravado por não disporem de profissionais aptos ao atendimento especializado. Observa-se também que grande parte de idosos que estão alojados em ILPIs, sejam privadas ou da Prefeitura, recorrem ao SUS, ao necessitarem de cuidados como internação.

A relevância desta pesquisa decorre, por conseguinte, da necessidade de entender como funcionam as ILPIs, e identificar as dificuldades enfrentadas pelos profissionais do campo do Serviço Social para encaminhar os idosos a uma rede de apoio, cientes que estão das vulnerabilidades quanto à disponibilidade de serviço, à realidade da sua infra-estrutura e dos seus recursos humanos.

Dados do Portal da Secretaria de Saúde do Município de São Paulo sobre ILPIs reafirmam esse inquietante cenário: consta que há apenas oito ILPIs na cidade de São Paulo, com capacidade para atender um segmento de até 300 pessoas com mais de 60 anos de idade.

Tal descompasso entre demanda e oferta justifica os dilemas quanto aos encaminhamentos de pacientes idosos, carentes desse serviço de alojamento e de atendimento adequado por parte das ILPIs. O contexto retratado, quanto a desafios e urgência de encaminhamentos, exige uma compreensão crítica a respeito do papel dos profissionais da saúde que atuam nessas instituições. A esse respeito, Faleiros (2001) ressalta que o saber profissional deve ir para além de conhecimentos específicos, ao destacar a importância de que os saberes necessários sejam pertinentes em relação à realidade na qual o profissional está inserido.

O saber é uma forma de enfrentar desafios da natureza, como os de contornar situações ou prevenir conflitos, justificar ou criticar a ordem social, de articular a continuidade ou transformação da sociedade, e se colocar no processo da luta de classes e da correlação de forças sociais: o saber e a práxis, concepção de mundo em conflito, relativo às relações de classes e forças sociais (p. 8).

O pesquisador acrescenta ser imprescindível que o profissional tenha ciência da sua função, além de um olhar global, de um pensamento que possibilite articular, organizar, e mobilizar diferentes tipos de saberes. Suas análises retratam que as instituições sociais são organizações comprometidas politicamente, ainda que se apresentem como organismos autônomos e estruturados em torno de normas e objetivos formalmente manifestos. Nesse sentido, ocupam um espaço político nos meandros das relações entre Estado e a sociedade civil, conforme explicita:

[...] as instituições não são um simples fenômeno superestrutural, mas são organizações transversais a toda a sociedade. Elas aparecem como mecanismos reguladores das crises do desenvolvimento capitalista em todos os níveis. Mesmo distantes de uma empresa, elas podem compensar desequilíbrios do processo produtivo. No interior de uma empresa produtiva, a institucionalização dos serviços sociais está vinculada ao processo político e global do desenvolvimento das condições da acumulação do capital (p.8).

Nessa direção, mostravam-se as reflexões de Santos (2000, p. 45), ao trazerem à luz indicadores que retratam diferentes formas de imposição ideológica, que se colocam como características da sociedade globalizada:

[...] quando o sistema político formado pelos governos e pelas empresas utiliza os sistemas técnicos contemporâneos e seu imaginário para produzir a atual globalização, aponta para formas de relações econômicas implacáveis, que não aceitam discussão e exigem obediência imediata, sem a qual os atores são expulsos da cena ou permanecem escravos de uma lógica indispensável ao funcionamento do sistema como um todo.

Corroborando as análises precedentes, o estudo de Faleiros (2001), ao afirmar que as instituições nascem das necessidades do sistema capitalista, sendo parte dos mecanismos que tornam serviços e mercadorias acessíveis a uma clientela especial. Essa concepção mercantilista implica na normatização do acesso a certos bens e serviços no mercado, um mercado específico para os que são excluídos da produção e do consumo, o que acarreta, no caso em questão, a exclusão dos velhos e sua reclusão em instituições criadas para tal fim.

Um número expressivo de profissionais do Serviço Social, e não se excluindo outros solidários às problemáticas da velhice, têm consciência de trabalharem em instituições que atuam vinculadas ao modelo e ideologia capitalista, mas ao mesmo tempo defendem a necessidade do fortalecimento de organizações populares embasadas em princípios psicossociais.

Para Faleiros (2001), o grande desafio que atualmente se coloca aos trabalhadores sociais consiste justamente em lutar contra correlações negativas de certas forças políticas, a fim de facilitar o acesso da população ao que esta exige, justamente por ter conhecimento dos recursos disponíveis, e do seu poder de tomada de decisão e de reivindicação. Esses requisitos devem se fazer ver, de modo a articular em ações efetivas as predisposições e iniciativas existentes e que se traduzem no exercício da cidadania transformadora a uma situação vigente.

Os profissionais que atuam na área da saúde em espaços institucionalizados não deixam de enfrentar grandes desafios no trabalho com pacientes idosos, ao muitas vezes se depararem com situações que lhes impossibilitam práticas mais inovadoras, que possam atender as demandas desse segmento da população. Cabe a esses profissionais lutarem pelo acesso aos direitos cabíveis no âmbito do seu cotidiano de trabalho, vencendo as regras da burocracia valendo-se dos meios adequados para a comunicação, a expressão das insatisfações e a manifestação de reivindicações plausíveis. É preciso que esses agentes reflitam, posicionem-se de modo propositivo, a fim de que suas intervenções se efetivem.

Essas reflexões nos aproximam das ideias de Paulo Freire, ao este defender que os seres humanos, e a realidade que os cerca, devem ser interpretados numa perspectiva global e progressista. Para o autor, ensinar não é transferir conhecimento, mas criar condições para que cada ser humano construa continuamente, ou reconfigure, a própria identidade e busque os saberes necessários para protagonizar mudanças sociais. É preciso reconhecer que devemos nos envolver em diferentes tipos de luta, a fim de reinventar, a cada dia, nossa existência pessoal, e de trabalhador. O pensamento crítico é requisito fundamental na carreira profissional, para que se permita a si próprio o entendimento lúcido e adequado das concepções subjacentes às formas de atuação; é preciso entender as diferentes dimensões que caracterizam a essência das práticas, seus valores e significados.

A realidade em que vivemos requer que os profissionais tenham clareza e convicção de que um processo de mudança atende às necessidades do outro quando olhamos esse outro sem discriminação. Ao contrário, a prática preconceituosa seja de raça, classe, gênero ou idade desrespeita a substantividade do ser humano e bloqueia a afirmação e consolidação de relações democráticas.

Paulo Freire (2013, p. 74) explica que um dos saberes é sermos nós mesmos dentro de um contexto, pois não podemos trair a nós mesmos, a nosso direito de ser. Ser em plenitude para que nossa presença vá se tornando convivência na vivência de estar com o outro. Assim, vive-se o saber da história como possibilidade e não como determinação. O mundo construído por nós, pela subjetividade curiosa, inteligente, interferidora, é que gera a objetividade com que dialeticamente nos relacionamos. Nosso papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre, mas também o de quem intervém como sujeito. Não somos apenas objeto da história, da cultura, da política, e não existimos para nos adaptarmos a uma determinada situação, mas para a mudarmos.

A importância do cuidado com os idosos e o papel das ILPIs

O Brasil vem envelhecendo a cada dia, e a maior parte dos idosos vive nos centros urbanos, cenário este que não deixa de ser acompanhado por estudos sobre o envelhecimento e a velhice, no sentido de pesquisar questões como a saúde e a qualidade de vida dos idosos.

É surpreendente ver que grande parte dos idosos vive com saúde e intensificando o uso de suas capacidades, embora concomitantemente, uma outra parte dessa população envelheça sem qualidade de vida. Não importa se o idoso é hipertenso, diabético, cardíaco, ou que tome medicação para depressão; o mais importante é que ele mantenha sua autonomia e garanta sua qualidade de vida, embora isso nem sempre aconteça, como lamentavelmente acontece.

Segundo Greven (2006), à medida que envelhecemos, são inevitáveis as mudanças que vão ocorrendo em nosso organismo. O envelhecimento é um fenômeno biológico e psicológico que afeta o idoso, a família, em seu nível social. É um processo caracterizado pela perda gradual das funções orgânicas, que ocorre em diferentes dimensões como a biológica, psíquica e social. Vale salientar que esses fatores podem contribuir para o aparecimento de algumas doenças, bem como provocar o enfraquecimento dos mecanismos de defesa, a diminuição da cognição, entre outros, colocando o indivíduo numa condição de dependência. Tais questões fazem refletir sobre a dificuldade que as famílias vêm enfrentando para cuidar de seus idosos que estão perdendo a capacidade funcional, tornando-se vulneráveis fisicamente.

Percebe-se que a família tem se modificado e se modernizado na sociedade contemporânea; ela está mais reduzida e, com a mulher inserida no mercado de trabalho, tornando-se mais ausente na vida dos idosos, junto aos quais antes assumia o papel de cuidadora. Devido a essas mudanças, as famílias, por vezes passaram a recorrer às instituições para idosos.

Segundo Camarano (2010), um artigo publicado na *Revista Brasileira de Estudo de População* (vol. 27) contempla que, embora a legislação brasileira estabeleça que o cuidado dos membros dependentes deva ser responsabilidade das famílias, torna-se cada vez mais escassa essa possibilidade, em função da redução da fecundidade, das mudanças nos arranjos familiares e do papel da mulher na sociedade. Isso passa a requerer que o Estado e o mercado privado dividam com a família as responsabilidades no cuidado com a população idosa. A família acaba buscando alternativas já que não tem possibilidades de cuidar do idoso em sua residência. Assim, recorre às instituições para idosos, que apresentam, no mais das vezes, precariedade na administração de serviços destinados à saúde e habitação, tornando-se um local de residência e trabalho onde há um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade. Nesse espaço o indivíduo torna-se cidadão sem controle da própria vida, sem direito a seus pertences sociais e à privacidade, e por vezes vivem uma difícil relação com funcionários e o mundo exterior.

Partindo do modelo de instituições totais, vale destacar as concepções de Foucault (1984), ao enfatizar que no interior de cada instituição disciplinar seja esta uma escola, hospital, ou qualquer outro espaço na qual estejamos inseridos, dá-se o investimento do poder que, apoiado num suporte de técnicas específicas, treinam indivíduos, preparando-os para aceitarem um regime de subserviência passiva, obediência às normas e padrões pré-estabelecidos que sobrevalorizam a manutenção da ordem, por meio do fortalecimento do mecanismos de poder, preservados com a prática da vigilância, controle, premiações e punições.

Morin (2000) retrata que a sociedade domestica os indivíduos por meio de mitos e ideias, que, por sua vez, domesticam a sociedade. O autor afirma que nossa mente deve identificar erros e ilusões, desmistificando o real e as relações humanas nas suas complexidades, evitando o idealismo e a racionalização para desnudar as mentiras que nos rodeiam.

Precisamos também, segundo o autor, civilizar nossas teorias, ou seja, desenvolver novos paradigmas que construam teorias abertas, críticas, reflexivas, que favoreçam processos de transformação. Nessa perspectiva, os profissionais das instituições em questão devem preservar sua percepção crítica para a mudança, no sentido de trazer algo novo, sair de normas e regras estabelecidas que, por vezes, tornam-se conservadoras e engessadas em suas funções, impedindo novas possibilidades de desenvolver um trabalho mais amplo e eficaz.

É importante que os idosos, de maneira geral, encontrem seus espaços, quebrando regras, sejam aqueles que vivem em suas casas, sejam aqueles que vivem em espaços institucionalizados. As instituições precisam atender esses idosos, no sentido de trazê-los para um mundo ao qual eles pertencem, fazendo com que os mesmos resgatem a auto-estima e se envolvam em atividades relevantes no sentido de fazer com que reflitam e ampliem seu potencial de aprendizado (Brasil, 1989, 2001).

Bruno (2003) acrescenta discussões sobre a educação para a cidadania, que deve incentivar os sujeitos a conciliarem seus projetos individuais a projetos coletivos, na construção do significado de algo maior. No coletivo, é sempre possível o fortalecimento entre os iguais. Esse projeto pode estar ligado à solidariedade, na busca de novos caminhos para promover condições dignas de vida para os idosos. A autora ressalta que os profissionais que desenvolvem trabalhos junto ao segmento idoso devem criar condições favoráveis a seu engajamento e participação contributiva nos ambientes de convivência. É necessário que os profissionais saibam diferenciar o projeto de vida de um programa de ocupação do tempo entre os quais, por vezes, não conseguem fazer a distinção.

Tavares (2008) comenta que a maior parte dos asilos e casas de repouso não se apresentam adequados, via de regra, para o atendimento a que se propõem: falta de assistência médica, além de superlotação, e instalações não apropriadas, são alguns dos principais problemas constatados pela Vigilância Sanitária. Sobre as instituições asilares privadas, chamadas de casas geriátricas ou hotel-residência para idosos, a autora expõe algumas contradições:

Os idosos são institucionalizados, ou seja, possuem um atendimento personalizado, com dieta individual e adequada e inúmeras atividades recreativas e sociais.

E nos asilos públicos, onde se encaixa a maioria dos asilados, em que há deficiência de mão de obra, não possuem profissionais qualificados para a prestação de serviços, não há espaço como pátios ou jardins para deambulação dos idosos e realização de atividades recreativas para garantir o bem-estar e uma boa qualidade de vida aos idosos (Tavares, 2008, p. 47).

Born (1996) evoca que os asilos para idosos nasceram como um serviço para abrigar idosos pobres, sem família, pois muitos eram mendigos, vivendo juntamente a outros pobres, desempregados, crianças abandonadas e doentes mentais. Para a autora, contudo, asilo nos remete a algo malcheiroso, sombrio, em que os idosos, em estado de semi-torpor, esperam por algo, mas não sabem bem o quê.

O Departamento de Geriatria D. Pedro II, da Santa Casa de Misericórdia, é bom exemplo dessa trajetória, como instituição para mais de 800 idosos, localizado na zona norte da cidade de São Paulo, cuja origem se deu pela preocupação em dar assistência aos mendigos. No final do século passado, percebeu-se um aumento de idosos na cidade de São Paulo e, devido a esse fato, cresceu a internação de pessoas idosas exigindo novas instituições voltadas para a velhice. A partir de 1964, a instituição D. Pedro II passou a definir-se como uma instituição gerontológica, passando a ser referência nesse segmento.

Nos dias atuais, a instituição asilar, que recebe a denominação de ILPI, Instituição de Longa Permanência para Idosos, tem o intuito de acabar com a imagem negativa de asilo predominante por muitos anos na sociedade. Caracteriza-se como um estabelecimento que se pretende de atendimento integral ao idoso, dependente ou não, sem condições de contar com cuidados familiares ou domiciliares para sua permanência. Busca-se nessa instituição um bom tratamento alimentar, saúde e segurança, durante os derradeiros anos de vida de uma pessoa.

Segundo o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, IPARDES, atualmente as ILPIs são regulamentadas pela Vigilância Sanitária e prestam atendimento integral institucional a seu público-alvo, pessoas com mais de 60 anos, dependentes ou independentes, que não dispõem de condições para permanecer com a família ou em domicílio. Configuram-se por oferecer serviços nas áreas: social, médica, psicológica, de enfermagem, fisioterapia, terapia ocupacional, odontologia, dentre outras, conforme as necessidades desse grupo etário.

Baldin e Marcolino-Galli (2014, p. 225) destacam aspectos fundamentais a uma ILPI: “(...) uma modalidade de proteção na ausência de programas que mantenham o idoso na comunidade e para os idosos que possuem histórias marcadas por negligências, pobreza, baixa escolaridade e perda precoce dos familiares”. Entretanto, não há um programa do setor público voltado exclusivamente para o funcionamento das ILPIs, embora muitas instituições tenham, nos benefícios gerados pelo Benefício de Prestação Contínua e outras modalidades de aposentadoria, uma de suas principais fontes de recursos.

Para Camarano (2010), é comum associar ILPIs a instituições de saúde. Mas elas não são especificamente estabelecimentos de natureza clínica ou terapêutica, apesar de propiciarem condições de os residentes receberem – além de moradia, alimentação e vestuário – serviços médicos, fisioterapia e medicação. Por outro lado, a oferta de atividades que geram renda, as voltadas ao lazer ou a cursos diversos, são menos frequentes, e declaradas por menos de 50% das instituições pesquisadas. Encontra-se nelas, contudo, a predisposição de promover algum grau de integração entre os residentes e ajudá-los a exercer um papel social.

Em contraponto, o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, IPARDES (2008), informa que o perfil das ILPIs não contempla em sua maioria a infra-estrutura adequada para cuidar dos idosos portadores, por exemplo, de transtornos mentais pois, para esse tipo de atendimento, o estabelecimento deveria cumprir outros requisitos. Além disso, no caso de atendimento a pessoas portadoras de necessidades especiais, as ILPIs também devem se estruturar para oferecer-lhes um tratamento adequado, e auxiliá-las a superar os obstáculos a que precisam enfrentar. Necessitam também organizar atividades práticas com medidas para reabilitar e dar segurança a esses internos, bem como o acompanhamento multiprofissional, a alimentação adequada e oficinas terapêuticas. O aumento de internos, idosos ou não, dependentes das ILPIs com necessidades especiais, torna complexo o atendimento nas ILPIs, exigindo um trabalho multidisciplinar e intersetorial da Atenção Primária, através das UBS (Unidade Básica de Saúde), PSF, CAPS e demais estruturas da Saúde. Internos portadores de necessidades especiais constituem uma população específica com debilitação de sua autonomia em graus variados e, portanto, com aumento de sua vulnerabilidade. Assim, é necessária uma atenção maior à questão da qualidade da infraestrutura física e da qualificação profissional para o atendimento adequado em ILPIs.

É importante que todos os envolvidos nesse processo entendam a dinâmica das ILPIs, no sentido dos cuidados aos idosos, estejam eles com problemas psiquiátricos ou vulneráveis fisicamente, ou idosos com perda de suas capacidades cognitivas, idosos demenciados, ou que necessitem de cuidados continuados.

Profissionais como Assistentes Sociais e outros que trabalham nessa mediação político-social, percebem, de forma clara, que as ILPIs filantrópicas e das prefeituras não apresentam uma estrutura eficaz para atender idosos dependentes que exigem cuidados especiais, justamente por não terem profissionais especializados que garantam um atendimento mais preciso. Daí que, quando um idoso se encontra nessas condições, as ILPIs tendem a transferi-lo para outro local, com estrutura mais adequada, diferindo, pois, destas o caso de uma ILPI particular que oferece condições de garantir os cuidados, contando com uma equipe de profissionais ampla e especializada. Cabe aqui também registrar que, mesmo sendo particulares, algumas dessas ILPIs não dispõem de uma estrutura de qualidade.

Pesquisa realizada pelo IPARDES verificou também algo a se destacar: que, embora a função de cuidador de idoso seja a mais exercida pelos profissionais, informação essa dada pelos próprios responsáveis técnicos das ILPIs, grande parte desses profissionais são contratados para serviços gerais e, entre outros encargos, ajudam no cuidado do interno, realizando, dessa forma, funções típicas de um cuidador de idosos. O estudo realizado identificou ainda que grande número de idosos vive nas ILPIs sem qualquer atividade física ou de lazer. Segundo Costa e Mercadante (2013, p. 221), “Uma reestruturação das diversas instituições se faz necessária, visando... uma melhor qualidade de vida, digna e autônoma... novos conceitos deverão ser trabalhados; questões como estas têm que ser discutidas e refletidas, pois é interesse de todos poder planejar seu futuro como idosos”.

Realces e finalizações

Ratifica-se, neste estudo, a importância do saber profissional em âmbito institucional: à luz das concepções de teóricos como Faleiros (2001) e Freire (2013), verifica-se que é fundamental conhecer o processo histórico de uma instituição onde se trabalhe, é imprescindível realizar uma análise crítica da realidade vivenciada pelos idosos, distanciando-se de qualquer forma de discriminação ou preconceito.

Vale destacar também que, para haver mudança, o profissional não deve se adaptar a um determinado contexto, submetendo-se às suas políticas institucionais, ou se restringir a conhecimentos específicos.

É preciso, de fato, identificar, nos procedimentos cotidianos, novas táticas motivadoras e facilitadoras a mudanças. Desenvolver novas reflexões permite a um profissional construir possibilidades inovadoras de atuação, bem como entender o processo do envelhecimento e o público com quem trabalha, ouvir os idosos e aprender com o que eles próprios têm a dizer, baseados em suas experiências de longos anos. Dessa maneira, é possível entender o idoso em sua essência, em suas expectativas de vida e, principalmente, fazer uma análise de conjuntura para compreender sua inserção na sociedade. Focalizar essas questões permite ao profissional fazer a interpretação da realidade vivenciada pelos idosos, e construir juntos, o idoso e o profissional, uma nova caminhada de vida, e um novo saber, para que possam garantir seus direitos e conquistar qualidade de vida.

Essas evidências compõem o cenário de procura crescente por ILPIs, que apresentam número reduzido de vagas, dado serem poucas as instituições gratuitas e, nesta circunstância, excluem ainda mais aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade, como aqueles egressos de hospitais, ou os que não possuem recursos financeiros. Acrescenta-se a esse cenário, as condições precárias de muitos espaços e as dificuldades para gerir e garantir um atendimento de qualidade.

Devido a pesquisas em que são exemplares as do IPARDES, as ILPIs têm muito a avançar na questão da infra-estrutura para receber idosos vulneráveis, com problemas psiquiátricos, ou que demandam continuidade de tratamentos, além de não ter suporte suficiente para a gestão de equipes qualificadas diante dos desafios que se impõem ao trabalhar com esses idosos. Nessa realidade, parte de profissionais que trabalham nas ILPIs como ajudantes gerais, também cuidam dos idosos. Muitas instituições não dispõem de equipes de profissionais capacitados em atendimento clínico dos internos: psiquiatra, médico, terapeuta ocupacional, a ponto de, ao ocorrer uma situação com relação aos internos, as ILPIs recorrerem ao SUS para atendê-los.

Ainda que as instituições asilares constituam a modalidade mais antiga e universal de atenção ao idoso fora de sua família, entretanto, conduzem os internos ao isolamento e à inatividade física e mental.

Das ILPIs se espera, por atenderem a características diferenciadas, que ofereçam atendimento pleno para idosos dependentes e independentes. Mas o Brasil tem muito o que avançar no campo das ILPIs, no sentido de desenvolver um trabalho mais qualificado para os idosos, propondo-lhes atividades que possam resgatar a auto-estima, e propiciar atividades ocupacionais.

Faz-se necessário que ILPIs sejam lares especializados, com a dupla função de oferecer assistência gerontogeriátrica, conforme o grau de dependência dos seus residentes, e, a um só tempo, que possam proporcionar o aconchego de um ambiente doméstico, em que continuem preservadas a intimidade e identidade dos seus residentes.

Deve-se frisar o papel de instituições de acolhimento aos idosos que se encontram em processo de exclusão social, de modo que suas normas internas não reafirmem o afastamento do mundo externo e o confinamento social, de idosos restritos apenas à vida institucionalizada, como forma de ruptura dos elos que os ligavam à vida familiar e social.

Os familiares, por sua vez, têm um papel fundamental na vida dos idosos; nesse sentido, cabe às instituições olhar para essa questão e realizar trabalhos educativos que os envolvam, procurando conscientizá-los da importância das visitas frequentes e regulares, para que os idosos se sintam amparados, mesmo estando distante do convívio cotidiano. Este destaque deve-se ao fato de que muitos familiares deixam de assistir seus idosos, o que denota uma situação de abandono, na qual o idoso se sente excluído do mundo familiar, com o qual conviveu durante um longo período da vida e que faz parte do seu passado. É dentro desse contexto que aqui se propõe que as ILPIs busquem realizar trabalhos com os familiares, para aproximá-los do convívio e nesta interação possam compreender mais a realidade da qual eles fazem parte.

É preciso que essas instituições tenham uma equipe de profissionais qualificados para poder trabalhar com idosos, inclusive os debilitados e que estejam aptos a dar continuidade aos cuidados em casos de pacientes que passaram pelos hospitais e que precisam de atenção diferenciada.

Referências

As Instituições de Longa Permanência para idosos no Brasil. (2010). *In: Revista Brasileira de Estudo da População*, 27(1). São Paulo, SP.

Baldin, T., & Marcolino-Galli, J. F. (2014). Sobre posicionamento do sujeito frente à rotina institucional: o relato de dois idosos. *Revista Kairós Gerontologia*, 17(4), 225-243. São Paulo (SP), Brasil: PUC-SP. Recuperado em 01 dezembro, 2014, de: <http://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/23834/17106>.

Born, T. (1996). Cuidados aos Idosos em Instituição. In: Papaleo, N. Netto. *Gerontologia*. São Paulo, SP: Atheneu.

Brasil (1989). Portaria n.º 810. *Normas para Funcionamento de Casas de Repouso, Clínicas Geriátricas e Outras Instituições Destinadas ao Atendimento ao Idoso*. Brasília (DF).

Brasil (2001). Portaria n.º 73/01. *Normas de funcionamento de serviços de atenção ao idoso no Brasil*. Brasília (DF): MPAS/SEAS.

Bruno, M. R. P. (2003). *Revista Quadrimestral de Serviço Social*, XXIV, 75.

Camarano, A. A. (Org.). (2010). *Cuidados de Longa Duração à Pessoa Idosa: um novo risco social a ser assumido?* Rio de Janeiro, RJ.

Costa, M. C. N. S., & Mercadante, E. F. (2013). O Idoso residente em ILPI (Instituição de Longa Permanência do Idoso) e o que isso representa para o sujeito idoso. *Revista Kairós Gerontologia*, 16(2), 209-222. São Paulo (SP), Brasil: PUC-SP. Recuperado em 01 abril, 2014, de: <http://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/17641/13138>.

Faleiros, P. V. (2001). *Saber Profissional e Poder Institucional*. (6ª ed.). São Paulo, SP: Cortez.

Freire, P. (2013). *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. (44ª ed.). Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.

Foucault, M. (1984). *Doença mental e psicologia*. (2ª ed.). Rio de Janeiro, RJ: Tempo Brasileiro.

Greven, P. (2006). *Instituições para idosos: Uma Nova Cultura*. Dissertação de mestrado em Gerontologia. São Paulo, SP: PUC-SP.

IPARDES. (2008). Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. *Instituições de Longa Permanência para Idosos: Caracterização e condições de atendimento*. Curitiba, PR. Recuperado em 19 maio, 2014, de: www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/inst_longa_perm_idoso.pdf.

Morin, E. (2000). Os sete saberes necessários à educação do futuro. F. da Silva, C. E., & Sawaya, J., Trads. Carvalho, E. de A., Revisão técnica. São Paulo, SP: Cortez / Brasília, DF: UNESCO.

Santos, M. (2000). *Por uma globalização: do pensamento único à consciência universal*. (4ª ed.). Rio de Janeiro, RJ.

Tavares, V. L. (2008). *A busca da excelência no atendimento em uma ILPI sob a perspectiva do sujeito residente*. Dissertação de mestrado em Gerontologia. São Paulo, SP: PUC-SP.

Recebido em 01/02/2015

Aceito em 30/03/2015

Fabiana de Jesus Paulo Markarian – Assistente Social. Mestra em Gerontologia, PUC-SP. Aperfeiçoamento/Especialização em Serviço Social em Hospital Geral, Hospital das Clínicas.

Nadia Dumara Ruiz Silveira - Doutorado em Ciências Sociais/USP-SP. Mestrado em Ciências Sociais/PUC-SP. Graduação em Pedagogia. Professora-titular do Departamento de Fundamentos da Educação da Faculdade de Educação e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Gerontologia/FACHS/PUC-SP. Atuação na área da Educação, Ciências Humanas, Sociais e da Saúde e na área da Gerontologia. Líder do Grupo de Pesquisa ELO-Educação, Longevidade e Qualidade de Vida; e Vice-líder do Grupo de Pesquisa Educação Social e Meio Ambiente, ambos certificados pelo CNPq. E-mail: ndrs@uol.com.br; ndrs@pucsp.br

Elisabeth Frohlich Mercadante – Antropóloga e Doutora em Ciências Sociais: Antropologia; Docente, Pesquisadora do Departamento de Ciências Sociais: Antropologia/FACHS/PUC-SP e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Gerontologia/FACHS/PUC-SP. Líder do Grupo de Pesquisa “Velhice, Espaços de Moradia, Arranjos Comunitários e Políticas Públicas”, certificado pelo CNPq. E-mail: elisabethmercadante@yahoo.com.br

Flâmínia Manzano Moreira Lodovici - Doutorado em Linguística, IEL/Unicamp. Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem-LAEL/PUC-SP. Graduação em Letras. Docente, pesquisadora filiada ao Departamento de Linguística/FAFICLA/PUC-SP e Programa de Estudos Pós-Graduados em Gerontologia/FACHS/PUC-SP. Participa de Grupos de Pesquisa: “ELO-Educação, Longevidade e Qualidade de Vida”; e “Velhice, Espaços de Moradia, Arranjos Comunitários e Políticas Públicas”, certificados pelo CNPq. E-mail: flalodo@terra.com.br; flodovici@pucsp.br